

# **Bibliotecas imperiais e construção de sentidos de língua e nação - notícias de uma tese em andamento -**

**Maria da Graça Cassano<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense (UFF)

[gracassano@terra.com.br](mailto:gracassano@terra.com.br)

**Abstract.** *The aims of the present paper is to give to the scientific community initial informations about a research that take place under Bethania S. Correa Mariani's orientation, in the Universidade Federal Fluminense. We focuse The Biblioteca Nacional and the Real Gabinete Português de Leitura, both situated in Rio de Janeiro. We consider them as discourses instances wich contributes to the constitution of the sense of reading, national language and brazilian nation in the 19<sup>th</sup> century. Statutes and regiments are the documents on wich our investigations are based.*

**Keywords.** discourse analysis; libraries; reading; national language; nation

**Resumo.** *O objetivo do presente estudo dar à comunidade científica notícias sobre pesquisa em andamento que empreendemos no programa de doutoramento em Estudos Lingüísticos, na Universidade Federal Fluminense. Tem como respaldo teórico a Análise de Discurso de orientação francesa e foca a Biblioteca Nacional e o Real Gabinete Português de Leitura como instâncias discursivas que concorrem para a constituição dos sentidos de leitura, língua e nação, no século XIX. A base das futuras análises são os documentos fundantes de ambas as instituições, ou seja, estatutos e regimentos.*

**Palavras-chave.** *análise do discurso; bibliotecas; leitura; língua nacional; nação*

Já há algum tempo, na perspectiva de professora de língua portuguesa nos ensinamentos fundamental e superior, vimos nos dedicando a pesquisar sobre o tema *leitura*. Durante o mestrado, ocupamo-nos das determinações do leitor escolar, e das condições de produção de leitura no ensino de primeiro grau, que levariam esse leitor a uma possível apropriação autoral do texto a ser lido.

Agora, na qualidade de doutoranda em Estudos Lingüísticos, na Universidade

Federal Fluminense, nosso olhar sobre esse assunto alarga-se, estende-se, tanto no espaço, quanto no tempo. Remontamos ao século XIX, para refletir sobre o papel da **Biblioteca Nacional** (BN) e o do **Real Gabinete Português de Leitura** (RGPL), sendo este, nessa época, tão-somente Gabinete Portuguez de Leitura, tomando-os como duas das instituições fundadoras dos sentidos de língua portuguesa e de nação brasileira.

A escolha do século XIX não foi aleatória ou ingênua. Deveu-se ao fato de esse período, como aponta Orlandi (2001: 8), ter sido "um momento em que desembarcaram práticas descolonizadoras que já vinham se estabelecendo ao longo de nossa história e aí adquirem concretude histórica. Entre estas práticas estão as relativas a nossa língua". O século XIX, prossegue a pesquisadora (*id. Ib.*: 8-9)

"é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República."

E se tais instituições têm nas gramáticas, nos dicionários, nas obras literárias, nos programas de ensino a sua discursividade, por que também não a teriam na letra de estatutos, regimentos organizadores de uma prática de leitura?

Nosso objetivo é justamente a análise dessa materialidade discursiva, a percepção do processo de construção de seus sentidos, a propósito das Instituições que lhe servem de origem e sustentação, fazendo-a articular à história da língua, pensando na "formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem (...) na relação Língua-Nação-Estado e o cidadão que essa relação constitui" (Orlandi, 2001: 9) ou, quem sabe, *des*-constitui.

Para darmos conta da tarefa, recorreremos à Análise do Discurso francesa conforme proposta e trabalhada por Pêcheux e Orlandi em diversas obras, retomada a partir de agora como AD, vertente teórica através da qual problematizaremos nosso objeto de estudo, levando-nos a recobrir de discursividade nossas reflexões e análises. É imperioso, porém, que aqui se situe a importância da AD no quadro teórico em que se insere, ou seja, saber que ela se propõe uma teoria não descritiva ou explicativa, mas crítica da produção da linguagem.

Cabe também mencionar que a AD repensa a categoria de sujeito, para, sob uma abordagem em bases discursivas, constituir-se em uma teoria não subjetiva da subjetividade. Melhor dizendo: ao levar em conta o sujeito, como posição e não como indivíduo, busca-se, mediante a construção de dispositivos teórico e analítico, evitar análises impressionísticas.

Conseqüentemente, sob esse enfoque discursivo, a linguagem passa a não ser considerada como transparente, os sentidos, não são concebidos como estando colados às

palavras ou às coisas. Tampouco o sujeito é considerado como origem, nem detém o controle absoluto do próprio dizer. Orlandi (2001) afirma que o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Com isso, passamos aqui a não depositar interesse no que se diz – o que aponta para o rompimento com as concepções tradicionais de língua e de fala –, mas no discurso, tomado aqui como efeito de sentido entre interlocutores.

Por isso, importa mencionar que discurso não deve ser confundido com texto, porque é objeto teórico (dispersão de vários textos) e não objeto empírico (unidade de análise). É o lugar no qual língua e ideologia se relacionam, daí dizer-se que não há discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia, dado que, segundo Pêcheux (1969), o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Tais considerações nos levam a atentar para o fato de que os sentidos estão na história, que não deve ser entendida como sucessão de eventos, mas como memória, rede de filiações que se estabelecem no embate das relações de força. Daí falar-se que os sentidos existem não em si, mas *em relação a*. Contudo, isso não implica que os sentidos possam ser quaisquer, porque, estando determinados pela historicidade, encontram-se relacionados a determinadas condições de produção, entendo-as seja na acepção ampla – o contexto sócio-histórico, o ideológico –, seja na restrita – o contexto imediato, relacionado às circunstâncias de enunciação. Isso significa dizer que os sentidos estão ligados à exterioridade, com o que é dito em/de um determinado lugar (posição) e também em/de outros, como o já-dito, que nos precede, o não-dito, que mesmo em ausência continua significando, ecoando, tudo isso constituindo historicamente o interdiscurso, a memória do dizer.

Sendo assim, a AD nega em termos de concepção de leitura a transparência do texto (ele não é auto-evidente); a onipotência do autor (o que controla os sentidos); a onisciência do leitor (o que teoricamente seria capaz de recuperar todos os sentidos e de se identificar plenamente com o leitor imaginário – a imagem do lugar social ocupado pelo sujeito ali projetado).

É, portanto, justamente desse lugar teórico que se pretende compreender a relação leitor-texto, pretendendo-se retomar uma série de escritos produzidos *sobre* e, principalmente, *por* ambas as instituições mencionadas, não com o objetivo de tomá-los como documentos, veículos de informações, mas como *monumentos* discursivos (Foucault), objetos históricos que concorrem para a formação de um imaginário, que abrem espaço para cristalizações e deslocamentos dos sentidos no modo como BN e (R)GPL instituem o lugar de (re)produção dos sentidos de leitura, língua e de nação reservada ao público leitor.

É preciso ainda situar nosso estudo em um projeto maior, o da *História das Idéias Lingüísticas no Brasil*, alertando de que não se confunde em seus objetivos precípuos com os da Historiografia (da) Lingüística.

Na História das Idéias Lingüísticas, o próprio nome já sinaliza que não estamos

tomando o termo *lingüística* como substantivo, mas como determinante de *idéias*, o que nos permite tecer, de antemão, algumas considerações quanto ao fato de *idéias* estar no plural, demarcando um lugar para observação constituído coletivamente, na interface com a heterogeneidade social que envolve estudos dessa natureza. Metodologicamente, essa postura coaduna-se com a visão de Auroux (1992, 13), o qual afirma que "na medida do possível, exceto no que concerne ao século XIX, é preciso evitar empregar o substantivo 'lingüística' conquanto possamos usar o adjetivo, tomado em seu sentido geral de que 'concerne à linguagem'".

O projeto em que nos situamos foi, portanto, formulado em 1988 por pesquisadores dos Departamentos de Lingüística da UNICAMP e, posteriormente, da USP, em parceria com a École Normale Supérieure de Fontenay/Saint-Claud, sob a responsabilidade, respectivamente, de Eni Puccinelle Orlandi, Diana Luz Pessoa de Barros e Sylvain Auroux. O objetivo primeiro desse empreendimento seria o conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil e da constituição de um saber que sobre ela se instituiu no Brasil, na sua relação com a constituição e funcionamento do Estado e da organização da sociedade brasileira.

Diante disso, pensar aqui a língua nacional significará, portanto, pensá-la pela análise do discurso veiculado por instituições, dentre as quais estão as bibliotecas públicas instituídas no século XIX, no Rio de Janeiro, e que merecerão nossa atenção em particular. Mediante a compreensão dos gestos de interpretação inscritos nas diferentes materialidades textuais circulantes nesses espaços, poderemos refletir sobre os imaginários de língua, de sujeito-leitor brasileiro e de nação que se instituem nos primeiros setenta anos de sua existência, durante a vigência do regime imperial, compreendendo o processo sócio-histórico de constituição de sentidos.

Especificamente, dentre os aspectos de normatização da língua portuguesa, investigaremos, nas histórias da constituição e do funcionamento discursivo da BN e do (R)GPL, "os processos de significação para a língua nacional que estão na base de sua formação como lugares de representação da língua e que desemboca em discursos que produzem uma concepção específica para a sociedade brasileira". Consideraremos, porém, tanto a BN quanto o (R)GPL em suas especificidades como (i) conjunto de discursos; (ii) uma coleção pública reconhecida como instância do saber e de sistematização ao seu acesso.

Nossa análise diferencia-se de outras e se justifica na medida que toma a BN e o (R)GPL como espaços enunciativos do Português com repercussão no âmbito político da nação brasileira, que começa a se instituir já com a vinda da Família Real de Portugal. Será interessante cotejar o processo de implantação dessas bibliotecas em território brasileiro: uma por transferência provisória que se fez permanente, como se sabe, por decisão imperial; outra por iniciativa particular de um grupo representativo da elite, imigrantes portugueses.

Contudo, há que se atentar para a necessidade de se tomar as duas instituições, BN e (R)GPL, não só pelo aspecto estrutural que as conformam, mas pelo modo como elas

mesmas se constituem em um acontecimento, nos moldes como Pêcheux (1969) preconiza, ou seja, ao mesmo tempo em que sentidos são (des)naturalizados, deslocados/colocados, outros vão surgindo, sendo absorvidos pela memória e se prestando a novas ritualizações (Mariani, 1999, 50). Com isso queremos supor que as instituições em pauta teriam sofrido a ação de condições outras de produção, instituindo práticas discursivas não necessariamente afinadas com os propósitos originais de quando foram criadas, organizando novas direções de sentido, novos rituais sociais, ao se adaptar às transformações históricas impostas pela sua presença em território estrangeiro.

Neste trabalho, como vemos, não se trata, então, simplesmente de contar mais uma história da BN e do (R)GPL, no século XIX. Isso já tem sido feito com bastante propriedade e eficiência por outros estudiosos. Propomo-nos a laçar, na verdade, um olhar diferenciado sobre as duas instituições, que as tome, insistimos, como instâncias discursivas de um possível projeto de leitor, de língua e de nação na antiga colônia portuguesa nas Américas.

No estudo sobre as duas instituições em questão, buscamos uma história que se organiza a partir das relações com o poder, vinculadas às práticas sociais. Isso pressupõe que os acontecimentos históricos significam, precisam ser interpretados, e é através do discurso, objeto histórico-ideológico, que a história permite-se não ser tomada como mera evolução.

Essa compreensão, portanto, de como os sentidos vão sendo produzidos demarca o modo como a história se inscreve no discurso, constituindo um tecido de memória, atualizado pela linguagem. Esse processo denomina-se historicidade.

Assim sendo, pretendemos confrontar as condições em que a BN e o (R)GPL foram implantados em terras brasileiras, isto é, verificar tanto os contextos sócio-histórico-ideológicos, quanto os enunciativos que conferiram legitimidade e identidade a esses espaços culturais, ao mesmo tempo que o estado nacional brasileiro também ia-se revestindo dessas mesmas características, à medida que de Colônia passa a Reino Unido, a Império e, finalmente, a República, tudo em um período de noventa anos.

Ao longo de nossas reflexões, algumas questões nos acorreram, e norteiam nossa pesquisa, as quais passamos a elencar.

Quanto ao acervo:

1. O que foi trazido quando da vinda da Família Real, em 1808, e o que permaneceu, após sua partida, e que foi a base da hoje BN?
2. Como esse acervo havia se constituído antes, em Portugal? Com que objetivo?
3. Como foi ampliado no Brasil? Com que finalidade?
4. Como e quando se instituiu o (R)GL? Com que objetivo?
5. Como foi sendo constituído o seu acervo, ao longo do século XIX, até a década de oitenta?

Ainda que pareçam amplas, essas questões levam-nos, inicialmente, com base em

estudos já realizados por outros pesquisadores, a traçar um panorama das principais coleções constantes nesse acervos e que comporiam uma imagem de leitura e de leitores para a época. Julgamos que essas informações possam nos ajudar a compreender melhor essas instituições no que se refere aos seus propósitos.

Quanto aos leitores:

1. Quem, no Brasil, podia ter acesso aos livros do rei?
2. Quem estava autorizado a ler, no espaço do (R)GPL, os livros dos profissionais liberais, intelectuais e comerciantes que o instituíram?
3. Que imagem de leitor e de leitura se construía nesses espaços? Que leitor era aí mobilizado? Que leitor era também aí silenciado?
4. Que memória de leitor e de leitura teria se projetado no futuro a partir desses acervos iniciais? Como os responsáveis por essas instituições poderiam vir a ser lembrados pelas gerações futuras?
5. Como essas instituições falavam de si (*discursos do...*)? E como e por quem eram faladas (*discursos sobre...*)?
6. Houve momentos ou circunstâncias em que esse possível projeto não se concretizou em ambos os locais?
7. Supondo-se a (re)construção de uma memória do leitor português em terras americanas, como essas instituições lidavam com a alteridade, ou seja, com o sujeito outro, o brasileiro?

O encaminhamento das questões está relacionado com o que se segue, no sentido de nos ajudarem a compreender as condições de produção em que se deu o funcionamento dessas instituições e, principalmente, a inteirarmo-nos

Quanto ao papel dessas instituições na constituição da história das idéias lingüísticas no Brasil

1. Os acervos constituídos na BN e no (R)GPL contribuíram de alguma forma para a normatização da língua portuguesa no Brasil?
2. Até que ponto a BN e o (R)GPL reafirmaram a língua portuguesa como língua nacional do Brasil e das tradições literárias?
3. Que papel exerceram na constituição de um ideário emergente de nação brasileira?

Encontrar respostas para estas questões supõe a construção de um plano metodológico e de um dispositivo analítico que lhe dê suporte e que demarque de que lugar teórico estamos falando

No que se refere a esse dispositivo, cumpre-nos mobilizar determinados conceitos basilares. E dado que cada material exige de seu analista a atualização de conceitos pertinentes às questões que formule e ao seu encaminhamento pretendido, os primeiros que a nós parecem essenciais são os de arquivo e memória, os quais se justificam, em se tratando de bibliotecas, por estarmos lidando com instituições destinadas a guardar documentos a que se atribui vocação para a posteridade. No entanto, é preciso lembrar,

ainda mais uma vez, que o dispositivo teórico escolhido funda-se na ressignificação de alguns conceitos, daí que, por isso, arquivo não é tomado como coleção de documentos, e estes, por sua vez, não são considerados simples registros de uma época ou questão. Isso equivale a dizer que a natureza do trabalho com arquivo que empreendemos distancia-se de tomá-lo como documento ou dado textual, mediante os quais se encontram referências identificáveis por assinaturas, datação, chancelas institucionais. Isso diz pouco do seu funcionamento, alerta-nos Mariani (1997).

Ler o *arquivo* aqui, com base em Foucault (1969) e Pêcheux (1969), não é procurar dar conta de uma improvável totalidade de textos preservados. Isso nos exigiu uma reflexão em torno desse conceito com vista à resignificações. Ou seja remetendo a Foucault (1969), tomar

“‘arquivo’ como um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerado em termos de seu funcionamento discursivo. Dito de outra maneira, em tal conjunto é possível depreender a discursividade (ou seja, a inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história) que rege as configurações de enunciados múltiplos e dispersos”.

Levamos em consideração, portanto, a partir de uma seleção de textos organizada pelo pesquisador, o "jogo das regras que determina em uma cultura o surgimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal como acontecimentos e como coisas" (Foucault, 1994 [1969], 708). De fato, esses enunciados foram tomados em sua discursividade e na historicidade que os constitui, procurando saber quais gestos de leitura se inscrevem em sua construção.

Ler um arquivo sob esta ótica pressupõe, em princípio, a consciência de que ele nunca é dado a *priori* e em uma primeira leitura, posto que seu funcionamento é opaco, mas é um trabalho interpretativo por meio do qual se observa a ação dos aparelhos do poder na gerência da memória coletiva, seja esse poder de que natureza for, ou seja, eclesiástico, real, estatal, comercial ou de qualquer outra ordem.

O segundo conceito, o de *memória*, também aqui é ressignificado, dado não estarmos falando de um mecanismo infalível, ilimitado em sua extensão, mas de memória discursiva, de memória social inscrita em práticas, enfim, de *interdiscurso*.

A memória a que nos referimos não é absolutamente plena ou imutável, o que nos levaria a repetir infinitamente sentidos fixos. Sendo a incompletude constitutiva da linguagem, outros sentidos podem irromper, inclusive os silenciados, lembra-nos Mariani (1997). A memória discursiva é constituída de falhas e de lacunas; ela não é linear, ainda que se apresente como disponibilizadora de sentidos aparentemente estabilizados e unívocos no fio discursivo. Mas sempre outras direções de sentido podem ser mobilizadas a cada rememoração. Daí, dizer Pêcheux (1997 [1969]):

“sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória volta-se sobre si mesma, esvaziando-se, esgarçando-se antes de se desdobrar em paráfrase.”

Conforme Orlandi (1999, 31), a memória é “um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Melhor dizendo, memória é *interdiscurso*, no qual uma voz não nomeada fala, em que todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas determina o que dizemos e cria um efeito de literalidade. É preciso, assegura Orlandi (1996), que as enunciações passem para o anonimato para que o sentido se institua. Ou seja: para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido antes (idem, 1999, 33). Tal afirmação supõe que, no dizer, o jogo dos sentidos seja feito na confluência da formulação (a atualidade do discurso) com a constituição (o já-dito).

Desse modo, considerar-se-á o que é dito em um e em outro discurso, o que é dito em um discurso e ressoa em outro(s), o que é de um e de outro jeito, buscando-se apreender o não-dito no que é dito. Também levar-se-á em conta que a memória está presente em cada dizer que através dos *processos parafrásticos*, de diferentes formulações do mesmo dizer, mantém, desloca ou reformula os sentidos postos. Ou ainda: como os sentidos sempre podem ser outros, nesse movimento entre o dizer e o repetir, entre o dizer e o reformular, cumpre observar o que se historiciza, o que permanece e o que muda, desliza. Não nos esqueçamos de que o real da língua é sujeito à falha, e o real da história passível de ruptura, daí afirmar-se que nem os sujeitos, nem os sentidos e, portanto, nem os discursos estejam prontos e acabados.

No que tange ao corpus, o primeiro passo no seu estabelecimento foi determinar o motivo da escolha da BN do Rio de Janeiro e do (R)GPL como focos de interesse. O segundo foi determinar o período que se iria contemplar para estudo. O terceiro, identificar quais documentos seriam considerados de importância para as análises que nos propomos a realizar.

A recolha de documentos/monumentos que reputamos como fundadores, deu-se por representarem a letra oficial dessas instituições, ou seja, o que vem a público em definitivo, por criarem uma tradição (filiação de sentidos), instituindo e legitimando uma memória, espaços identitários. Também nos interessam os documentos produzidos sobre a BN e o (R)GPL, durante o século XIX, período em que o Brasil experimentou formas de governos distintas e vivenciou um processo contínuo de nacionalização, como já observamos, de colônia de Portugal a Estado Republicano, passando, entre um estágio e outro, pela condição de Reino Unido e Império em um mesmo século. Especificamente, trabalhamos com o período que se estende da chegada da Família Real, em 1808, até pouco depois da dissolução do regime imperial, o ano de 1889, quando é proclamada a República.

Também cabe aqui dizer que na constituição do *corpus* não nos prendemos a

critérios como os de exaustividade e homogeneidade. À apreciação discursiva que pretendemos convém, antes, levar em conta uma variedade de seqüências discursivas produzidas por vários locutores. Nosso *corpus*, ao se apresentar complexo, heterogêneo, permite-nos, de conformidade com Serrani (1997: 56), “adotar uma perspectiva de trabalho desvinculada de um mapeamento factual ou quantitativo de marcas formais, encaminhando a passagem para o nível interdiscursivo de análise.”

Dessa forma, é preciso interrogar os arquivos, aqui tomando-os como enunciados não homogêneos, dispersos, e que reverberam, marcam práticas discursivas, maneiras de ler neles inscritas. Isso é que nos levará a acessar as diferentes versões.

O *corpus* desta pesquisa se compõe heterogeneamente, mas tendo em comum o fato de que seus elementos instituem essas bibliotecas no cenário nacional brasileiro, regulando sua ação e seu papel sócio-político. A heterogeneidade pode permitir-nos melhor observar a natureza da discursividade que atravessa diferentes tipos de texto em diferentes épocas, favorecendo a percepção do que permanece e se projeta para o futuro e do que se desloca, ressignifica em função das novas condições de produção que se apresentam nesta terra estrangeira para os portugueses que para cá imigraram, no século XIX, fossem nobres ou não.

As seqüências discursivas dos textos escolhidos para análise provêm predominantemente de atos administrativos.

De natureza não administrativa, mas enunciativo-esclarecedora, arrolamos também seqüências discursivas produzidas a partir de discursos proferidos em solenidades em que se homenagearam as instituições e o noticiário a respeito delas publicado nos jornais da época.

No que toca à BN, destacamos os anais de 1934, por neles constarem as cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, ajudante de bibliotecário da Real Biblioteca, vindo com a Família Real para o Brasil, escritas do RJ à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821 (interessam-nos as que contém comentários referentes à Biblioteca Nacional).

O motivo da inclusão desses textos no conjunto do *corpus* deve-se ao fato de podermos confrontar o que é e como é recuperado neles com o que é dito ao longo do século XIX sobre ou pelas instituições mencionadas. Pensamos que esse cotejo de vozes irá nos auxiliar a verificar dentre o que se projetou para o futuro aquilo que se mantém, ou não, e como é lembrado na atualidade; que interpretações a contemporaneidade faz dessas falas.

Enfim, selecionar material para análise implica não segmentar, mas fazer recortes. Tal afirmativa exige que se estabeleça uma diferença entre esses procedimentos. Na perspectiva teórica que abraçamos, segmentar remete ao texto, leva em conta apenas a formulação, a materialidade lingüística em si mesma, no âmbito da linearidade. Recortar, por seu turno, remete ao discurso, à língua como estrutura, sim, mas sujeita a falhas, como acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história. Na perspectiva discursiva, recortar pressupõe relacionar sentidos que não estão, necessariamente,

linearmente apresentados no texto. Essas cadeias lineares, ou o que se apresenta como tal, estão de fato dispersas no(s) texto(s). Isso não está relacionado com seqüências, partes delimitadas no texto. Na verdade, frente a um *corpus* não temos um *a priori*, lembra-nos Orlandi (1999, *passim*); no processo de leitura, apreende-se o que há de regularidade. Os recortes, por sua vez, é que vão determinar quais conceitos do dispositivo teórico serão mobilizados durante a análise.

A partir do material compilado, selecionamos, para que fossem postas umas em relação às outras, expressões em que definimos:

- (i) a identidade da instituição;
- (ii) a identidade dos que se responsabilizam pelo funcionamento da instituição;
- (iii) o fazer dessa instituição;
- (iv) o modo como ela sinaliza lidar com a alteridade, ou seja, o modo como o *outro* (o estrangeiro, o brasileiro) é mencionado. Haveria entre os enunciados, dadas as condições em que são produzidos, pontos de deriva, deslizamento de sentidos?

Pretendemos observar como os termos empregados para predicar a instituição e as suas ações se distribuíram ao longo do tempo, nos diversos documentos pesquisados; que imaginário de leitor, de leitura, de língua e de nação evocavam a partir das várias textualizações (versões) em torno de cada ponto – sítios de significação. Sabe-se, porém, que a opção por esta ou aquela forma não é neutra, pois o sentido tem a ver com o sujeito e seu modo de textualizar

Fazer análise de um texto é, por fim, fazer a relação das posições *ali* inscritas, relacionando-as com as formações discursivas, com as condições de produção. Por isso, observamos a relação do texto em questão com outros, com uma memória sedimentada, “esquecida”, mas sempre presente.

## Referências

MARIANI, Bethânia S. C. Discurso e Instituição: a imprensa. In *Rua 5*. Campinas, SP: Labeurb: 1999, p 47-61.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 1999

\_\_\_\_\_. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1997.

SERRANI, Silvana. As construções indeterminadoras enquanto recortes macrossintáticos do discurso. In *O Histórico e o discursivo*: revista do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberlândia, Série Estudos, v. 12, Uberlândia, MG, 1986, 98-125.